



Acesso ao crédito só é sustentável se houver retoma do investimento

Exportações Economistas olham para o trabalho da Aicep e do Ministério da Economia com expectativa: deles depende a capacidade de cativar novos fluxos de investimento estrangeiro.

Margarida Peixoto
margarida.peixoto@economico.pt

A economia voltou a crescer, a República está a recuperar o acesso ao crédito e o desemprego começou a baixar. Mas se o investimento não retomar ao longo deste ano, Portugal corre o risco de ver esfumar-se as conquistas conseguidas com três anos de medidas de austeridade. O aviso foi deixado ontem por vários economistas, durante a conferência “Efeitos da aplicação do Orçamento do Estado 2014”, organizada pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

“O que me passa pela cabeça é investimento ou morte”, alertou Daniel Bessa, economista e director-geral da Cotec Portugal. Para o professor, recuperar o crédito não basta: sem investimento, a economia portuguesa não vai vencer a crise. Esta tese foi corroborada pelo professor do ISEG João Duque e por Luís Mira Amaral, ex-ministro da Indústria e presidente executivo do Banco BIC.

Daniel Bessa lembrou que Portugal teve dois momentos de crescimento forte: nos anos 60, com investimento sobretudo inglês, e entre 1985 e 1995, com fluxos financeiros da Alemanha. Agora, precisa de voltar a cativar investimento estrangeiro, porque o contributo que o mercado interno pode dar nesta matéria é curto e caro: a união bancária ainda não está suficientemente avançada para eliminar o preço acrescido do financiamento obtido na banca dos países periféricos, defendeu.

É por isso que diz não estar convencido de que a viragem na economia portuguesa – que tinha sido sublinhada pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núnico, na abertura da conferência – tenha “a pujança suficiente”. “E se não virar com a pujança suficiente, o problema manter-se-



Paulo Núnico, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, diz que é “dos que consideram que é o sector privado que faz crescer a economia e os empregos.”



Daniel Bessa, professor e director-geral da Cotec Portugal diz estar “tão convencido de que a economia deu a volta”, como não está “convencido que tenha virado com a pujança suficiente.”



Manuel Porto Professor na Universidade de Coimbra e na Lusíada notou que “o investimento público agora é maligno”. Mas “a ferrovia é uma aposta correcta”, defendeu.



Luís Mira Amaral, presidente executivo do BIC, criticou o Governo em matéria de política económica. “Há dois ministros da Economia”, ironizou.



João Duque, professor no ISEG, corroborou a ideia segundo a qual a retoma do investimento é crucial para relançar a economia nacional.

–á, as melhoras são temporárias e rapidamente seremos confrontados com a crise de crédito ou a continuação de políticas extremamente gravosas”, garantiu.

Para resolver o problema, é preciso investimento que dê impulso significativo às exportações, adiantou, exemplificando com o que aconteceu com a nova refinaria da Galp e a máquina de papel da Portucel. “Não há por onde esticar o mercado interno se não arastado pelas exportações”, disse.

A ferramenta: Aicep e QREN

“Sou dos que consideram que é o sector privado que faz crescer a economia e o emprego”, disse Paulo Núnico. “Ao Governo exige-se que ataque as causas da actual crise para prevenir crises futuras e que faça as reformas certas”, defendeu o governante.

Para promover o investimento e o crescimento económico, Bessa diz estar atento ao trabalho do Aicep, do Ministério da Economia e à distribuição dos fundos do QREN. Mira Amaral é crítico da forma como o Executivo se organizou nesta matéria: “Há dois ministros da Economia, um da economia suja, que é a que sustenta isto, outro da economia verde. Fiquei um bocadinho baralhado”, criticou, referindo-se às iniciativas lançadas pelo ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, que também está a preparar alterações nos impostos.

Manuel Porto, professor na Universidade de Coimbra e na Lusíada, não descarta o investimento público. E dá até um exemplo do que devia ser feito: “A ferrovia é uma aposta correcta”. Para o professor, a velocidade de viagem dos comboios deve ser melhorada, porque não faz sentido que “o foguete de Lisboa a Coimbra continue a andar à mesma velocidade, 102 km/hora, em média, que andava há 60 anos”. ■



MOMENTO

“Durmo tranquilamente com a possibilidade de António José Seguro tomar o poder. Porque no dia seguinte, vai ter com a senhora Merkel e ela toma conta da ocorrência. Depois de ter visto o que aconteceu com o senhor Hollande [Presidente francês], numa potência como França, a possibilidade de o senhor Seguro assumir o poder não me tira o sono”, disse o presidente executivo do Banco BIC Português, Luís Mira Amaral.



07-02-2014



PONTOS
CHAVE

● Sem a retoma do investimento, os progressos conseguidos pela economia portuguesa não serão sustentáveis. Tal como o crédito regressou, voltará a perder-se.

● Rever a Constituição agora não resolveria o problema de aprovar as medidas de austeridade. Além disso, seria mexer em pilares do país num momento de crise.

● Os empresários defendem que, num país com a dimensão de Portugal, as exportações devem atingir 60% do PIB para se conseguir desenvolver a economia.

Fotos Paulo Figueiredo

“Rever a Constituição não facilita reforma do Estado”

Novo desenho da CES deverá ser visto como inconstitucional, defende perito em Direito.

Uma revisão da Constituição portuguesa não traria qualquer vantagem na hora de aprovar a reforma das administrações públicas. Esta é a opinião de Tiago Duarte, professor de Direito Administrativo e Constitucional da Universidade Nova e sócio da PLMJ. Em seu entender, mudar a Constituição é um debate que não deveria ser lançado agora.

Na sequência dos vários chumbos do Tribunal Constitucional a reformas que o actual Governo quis introduzir, tem-se colocado a questão sobre a necessidade de uma reforma da Lei fundamental. Tiago Duarte defende que agora não é o momento: “Em alturas de crise não se devem alterar os paradigmas do País”.

Mais: o especialista lembra que os princípios que têm sido evocados pelos juízes do Palácio Ratton (o da igualdade e o da proporcionalidade, por exemplo) não seriam alterados. O mesmo já não seria se as medidas de reforma da administração pública estivessem a colidir com garantias como a Saúde tendencialmente gratuita, ou o direito à Educação. É por isso que Tiago Duarte garante que “seria pior a emenda do que o soneto” e que tal “não facilitaria a aprovação das reformas”.

Ainda assim, o especialista não nega que o Tribunal tem sido “interventor”. Não porque tenha tido essa iniciativa, mas antes pela própria acção do Governo. E lembrou: depois de o Tribunal aceitar cortes nos salários dos funcionários públicos a título excepcional, o Executivo repetiu e alargou os cortes, retirando os subsídios de férias.

“Faz-me lembrar o romance de Gabriel Garcia Marquez, ‘O General no Seu Labirinto’. Temos uma espécie de generais nos seus labirintos. Eles criaram o labirinto e agora têm difícil-

dade em sair dele”, comentou o constitucionalista.

Para Tiago Duarte, o novo desenho da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que foi introduzido como plano B ao corte de 10% nas pensões da Caixa Geral de Aposentações, será provavelmente chumbado pelo TC. “A primeira medida passou com sete votos contra seis e um dos juízes que votou a favor da constitucionalidade saiu, tendo sido substituído pelo relator da decisão sobre a convergência”, nota Tiago Duarte. Além disso, “uma das razões para passar era que isentava pensões abaixo de 1.500 euros”, acrescenta ainda.

Para Mira Amaral, o Governo não tem conduzido bem a reforma do Estado. “Devia ter acabado com os serviços socialmente inúteis e ter mandado as pessoas para a mobilidade; para isso não precisava do Tribunal Constitucional”, argumentou o ex-ministro. Já para João Duque, professor do ISEG, não há muitas alternativas ao caminho do ajustamento. “O objectivo vai ser sempre o mesmo: reduzir a capacidade aquisitiva das famílias”. E “se não for pelos cortes, terá de ser pelos impostos”, avisou. ■ M.P.



Tiago Duarte
Professor de Direito Constitucional e sócio da PLMJ

“Tenho as maiores dúvidas de que [o novo desenho da] Contribuição Extraordinária de Solidariedade não seja inconstitucional.”



1 O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, presidiu à sessão de abertura. A conferência teve lugar no Salão Nobre do Hotel Ritz, em Lisboa. Contou com a presença de cerca de 200 pessoas.

2 Os participantes no primeiro painel. Da esquerda para a direita, Tiago Duarte, Manuel Porto, Luís Mira Amaral e João Duque.

3 Paulo Nuncio quando chegava à conferência. À sua esquerda Manuel Porto e um pouco atrás Domingues de Azevedo.

4 Daniel Bessa, director-geral da Cotec, fez uma intervenção sobre as perspectivas futuras para as empresas e a economia nacional.

5 Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, à conversa com o director do Diário Económico, António Costa, antes do início da conferência.

6 José conduto, Fátima Martins e Lúcia Palmeiro trocaram impressões durante o intervalo para café.



Paulo Figueiredo

Bastonário dos OTOC discorda dos sorteios do Fisco

O bastonário da OTOC diz que o problema devia ser tratado com mais dignidade.

Margarida Peixoto
margarida.peixoto@economico.pt

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) não concorda com a ideia do Governo de sortear as facturas pedidas pelos consumidores para atribuir prémios, como meio de reduzir a fuga ao Fisco. Para Domingues de Azevedo, o Executivo deveria ter optado por outras soluções, mais dignificantes.

“Tenho um conceito de cidadania que foge do conceito de rifa”, disse ontem Domingues de Azevedo, à margem da conferência “Efeitos da Aplicação do Orçamento do Estado 2014”. “Não discutindo o princípio, discordo do método”, adiantou.

O bastonário da OTOC explicou que considera fundamental o trabalho para reduzir a fuga aos impostos e para motivar os cidadãos a cumprir com as suas obrigações enquanto contribuintes. “O pagamento de impostos é uma coisa muito séria. Quando os contribuintes pagam os impostos reduzem a sua capacidade para aplicar o rendimento noutras áreas”, argumentou. “Tratar a situação ao nível da rifa não acho que dignifique o acto”, defendeu.

É por isso que teria preferido que o Governo tivesse optado por outras formas de atingir o mesmo objectivo, como por exemplo “campanhas, visitas aos estabelecimentos, consciencialização”, exemplificou. E garantiu: “Quem optou, não teve a criatividade suficiente para tratar este assunto como deve ser tratado”. ■



Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, diz que o Governo teve falta de criatividade para lidar com a fuga ao Fisco.



Participaram no debate os empresários, Manuel Tarré, João Vieira Lopes, José Manuel Fernandes e Henrique Neto.

“As exportações têm de atingir 60% do PIB”

Desígnio nacional Os empresários entendem que, a partir de um determinado patamar, as exportações fazem crescer a economia e resolvem também os problemas do mercado interno.

Dírcia Lopes
dircia.lopes@economico.pt

Perante um mercado interno de pequena dimensão o País deve apostar cada vez mais em criar espaço para crescer no exterior. De acordo com os empresários que participaram na conferência “Efeitos da aplicação do Orçamento do Estado 2014”, promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), as exportações de um país como Portugal devem representar, pelo menos, 60% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para o empresário Henrique Neto, um dos problemas do País é “a pequena dimensão das exportações. Agora Portugal já anda na casa dos 40%, mas apenas porque o PIB desceu”. Henrique Neto, que falava no painel “Consequências do Orçamento do Estado para os empresários” realçou que nenhum outro país da dimensão de Portugal “tem menos de 60%” e



O presidente da Frezite, José Manuel Fernandes, sublinhou que as empresas portuguesas que exportam estão a contribuir para o crescimento da economia.



O empresário Henrique Neto realçou que não é possível desenvolver a economia com uma percentagem tão grande de empresas a depender do mercado interno.

alertou que “não é possível desenvolver uma economia com uma percentagem tão grande de empresas que dependem apenas do mercado interno”.

Para o fundador da Ibero-moldes “um pequeno país [como Portugal] só rentabiliza os seus investimentos a partir do momento em que tem um mercado externo de pelo menos 60% do PIB”. E deixou o aviso: se esse não for um objectivo nacional “não vamos resolver os nossos problemas”.

Quem desde cedo definiu uma estratégia de internacionalização foi a Frezite que hoje conta com presença em vários países e produz para marcas como a Mercedes. O presidente da Frezite, José Manuel Fernandes, sublinhou que todas as empresas que estão a exportar e que se internacionalizaram estão a contribuir para o crescimento da economia portuguesa. Perante este cenário, José Manuel Fernandes deixou o de-

safio para que o País defina “uma estratégia de longo prazo adaptada à internacionalização”. “Portugal tem um diamante extraordinário, mas tem medo de o lapidar”, sublinhou o presidente da Frezite, referindo-se às 20 mil empresas que já estão com uma estratégia de internacionalização.

O presidente da Gelpex, Manuel Tarré, também lembrou que a queda do consumo no mercado interno tem sido compensada pelo crescimento no exterior. A estratégia da empresa voltada para a internacionalização resultou: “temos crescimentos de dois dígitos nos últimos seis anos nas exportações”.

Apesar de aplaudir o crescimento no mercado externo, o presidente da CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Vieira Lopes, realçou que se as cerca de 20 mil empresas exportadoras “não tiverem uma boa competitividade no mercado interno não vão crescer”. ■

TRÊS PERGUNTAS A...



MANUEL TARRÉ

Presidente do conselho de administração da Gelpixe

"Estamos a abrir novas frentes no Dubai e Austrália"

Perante a redução do consumo interno, a Gelpixe apostou nas exportações. Manuel Tarré antecipa que em 2016 o exterior terá um peso de 20% nas vendas.

A Gelpixe desde cedo apostou no mercado externo?

Sim. Já estamos em vários países. Na Europa, por exemplo, temos Espanha, França, Luxemburgo, Reino Unido, Itália, Polónia e Alemanha. Neste momento, estamos a tentar abrir novas frentes em mercados mais longínquos como o Dubai e a Austrália. São objectivos que estão

sempre em cima da mesa e estamos perto de conseguir atingi-los. Se algum desses negócios nestas novas frentes resultar, as exportações vão ter um impulso bastante grande.

Em quanto poderá crescer o peso das exportações?

Neste momento, no volume de facturação, as exportações têm um peso de 12%. Admito que com ousadia, sorte e muito trabalho conseguiremos atingir um valor que será significativo, já em 2016, de 20% da facturação no exterior.

O OE 2014 facilita ou não a vida das empresas?

Vem facilitar. A baixa dos 2% no IRC demonstra algum bom senso. O poder das empresas que têm prejuízo em vez de terem cinco anos terem 12 anos demonstra algum bom senso. A maior dificuldade é mudarmos as mentalidades de quem dirige o País e não tem preparação. Uma boa parte das pessoas não é capaz de perceber que os interesses do País estão acima dos seus próprios interesses. E que não podem bloquear projectos, sejam eles de que natureza for, só porque têm esse cargo. E isso faz-se para se dar importância a determinadas 'quintas' que continuam a existir. **D.L.**



TRÊS PERGUNTAS A...



JOÃO VIEIRA LOPES

Presidente da CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

"O OE tem medidas tendentes a facilitar o investimento"

Nos primeiros anos da crise fechavam 100 empresas por dia. Hoje, o presidente da CCP revela que esse número caiu para 30%.

Quais os aspectos positivos e negativos do OE 2014?

Há sempre aspectos positivos. Neste âmbito, é um Orçamento que tem algumas medidas tendentes a facilitar investimentos. Tem um conjunto de medidas genéricas positivas. Mas o que nos preocupa fundamentalmente é que é um Orçamento que vai fazer um corte de quatro a cinco mil milhões, dos quais cerca de metade são remunerações,

seja dos pensionistas seja dos funcionários públicos. Numa altura em que há alguma animação da economia, a grande interrogação é se isto pode ser compensado com um aumento das exportações e da criação de postos de trabalho inerentes. Estamos com bastante receio que estes sintomas positivos possam ser anulados pelo excesso de quebra do poder de compra.

Este ano ainda será de fecho de empresas do sector?

O ritmo de encerramentos baixou, mas a situação continua a ser bastante complicada não só no comércio como nos serviços que abrangem restauração, cabeleiros, ou limpezas a seco. No final do ano passado houve alguns sintomas positivos, mas a poupança baixou. O que receamos é que se a situação persistir e o número de encerramentos se mantiver estável que se mantenha a tendência para a compressão do número de postos de trabalho.

Quantas empresas fecharam?

Nos dois primeiros anos da crise fechavam cerca de 100 estabelecimentos por dia. As estatísticas oficiais são muito difíceis de determinar. Mas hoje o número de encerramentos baixou para 30% ou 40% dos dois primeiros anos da crise. **D.L.**



1 Aspecto do Salão Nobre do Hotel Ritz durante o primeiro painel da conferência sobre os "Efeitos da Aplicação do Orçamento do Estado para 2014", organizada pelo Diário Económico em parceria com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.



2 António José Alves da Silva e António Pereira da Silva marcaram presença.

3 Lisete Sá, Francisco Sá e Francisco Afonso à conversa durante o intervalo da conferência.

4 Rita Cordêiro troca impressões com Armindo Marques.

5 João Vieira Lopes, da CCP, com o constitucionalista Tiago Duarte

